

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.842 - SE (2020/0009758-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LUCIA MARIA CORREIA
ADVOGADO : ANGELO BEZERRA GAMA - SE005086
AGRAVADO : AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
ADVOGADO : PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JÚNIOR E OUTRO(S) - RJ087929

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LUCIA MARIA CORREIA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, assim resumido:

Processual Civil - Impugnação ao cumprimento de sentença - Execução Provisória de multa cominatória fixada por decisão interlocutória - Confirmação por sentença - Acórdão que não alterou esse capítulo da decisão - Título judicial exequível - Alegação de excesso de execução - Minoração cabível para evitar enriquecimento sem causa. I - As astreintes serão exigíveis e, portanto, passíveis de execução provisória, quando a liminar que as fixou for confirmada em sentença ou acórdão (art. 269 do CPC/73, correspondente ao artigo 487 do NCPC), tal como se sucedeu na hipótese vertente, em que confirmada a liminar que fixou as astreintes na sentença de mérito proferida em 11/09/2018, nos autos da ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e tutela antecipada nº 201810100165, inexistindo modificação quanto a esse capítulo no julgamento da apelação nº 201800734238. Assim, o título executivo perseguido deve ser considerado certo, líquido e exigível; II - Porém, apesar de o Juízo a quo ter limitado o valor das astreintes, entendo que a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) extrapola os limites da proporcionalidade e razoabilidade. Mais do que isso, supera o valor da própria obrigação principal, limitada a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que é vedado pela jurisprudência do STJ; III - Em razão do parcial provimento da apelação, redistribuo o ônus da sucumbência e, por conseguinte, condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, em proporções iguais (50% para cada uma), nos termos do art. 86 do CPC. Por conseguinte, readequo a condenação em honorários para o percentual de 12% (doze por cento) sobre o excesso que se pretendeu combater, em conformidade com a sentença; IV - Forçoso reconhecer a necessidade de suspensão da exigibilidade das custas e dos honorários, por ser a apelada/exequente beneficiária da Justiça gratuita, conforme art. 98, § 3º do CPC. V - Recurso conhecido e parcialmente

provido (fl. 336).

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea “a” do permissivo constitucional, alega violação do art. 537, § 4º, do CPC, no que concerne à impossibilidade de redução das astreintes “quando o único fundamento para o descumprimento da ordem judicial é a desídia ou resistência da parte infratora” (fl. 355). Traz os seguintes argumentos:

A medida coercitiva para o caso de descumprimento era de multa diária no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 30 dias.

A instituição financeira descumpriu a ordem judicial por mais de 150 dias, de maneira que, a efetivação da medida somente ocorreu mediante a expedição de ofícios por parte do Poder Judiciário para o DETRAN e SPC.

Ou seja, o recorrido nem cumpriu a liminar e não apresentou qualquer justificativa, ignorando, pura e simplesmente, a ordem judicial.

A multa cominatória fora executada em seu grau máximo (30 dias x R\$ 500,00), alcançando o valor de R\$ 15.000,00, embora o descumprimento da ordem tenha se perpetuado por mais de 150 dias.

A decisão objeto do presente recurso, reduziu, contudo, a penalidade para R\$ 7.500,00, afirmando que as astreintes não poderiam se distanciar do valor da obrigação principal. No caso, o pleito indenizatório de R\$ 5.000,00.

A recorrente, por sua vez, sustenta que **o montante não poderia ser reduzido, já que, conforme reiteradamente decide o STJ, não se reduz astreinte quando o único fundamento para o descumprimento da ordem judicial é a desídia ou resistência da parte infratora.**

Conforme facilmente se constata, além do Tribunal de Justiça de Sergipe ter contrariado dispositivo de lei federal, desvirtuou completamente a finalidade das astreintes, contrariando precedentes de outros Tribunais pátrios, razão pela qual se faz necessário processar e prover o presente recurso (fls. 354/355) - negritei.

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea “c” do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial quanto ao mesmo tema da primeira controvérsia. Aponta como paradigma o acórdão do TJRJ que julgou a apelação n. 03931206520138190001 (fl. 362). Traz, ainda, para fundamentar seu entendimento, os acórdãos do STJ que julgaram: 1) o REsp 1658702/SP; 2) o AgInt no AREsp 933.052/SP; 3) o AgInt no AREsp 960.832/RJ; 4) o REsp 1.662.317/SP, bem como o acórdão do TJSC que julgou a apelação cível 00612328620098240023.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, consta no relatório do acórdão que julgou

os embargos de declaração opostos pelo recorrente:

[...] a embargante aduz que o embargado descumpriu o provimento judicial que fixou as astreintes, cuja recalcitrância perdurou por mais de 150 (cento e cinquenta) dias, razão pela qual **não se admite a redução do montante fixado a título de multa diária em razão da desídia/resistência injustificada da parte contrária no cumprimento da ordem judicial** (fl. 345) - negritei.

Não obstante, o julgado não enfrentou efetivamente o tema, como se observa de sua fundamentação às fls. 345/349.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a alegada violação do art. 537, § 4º, do CPC não foi examinada pela Corte de origem, dentro do viés pretendido pelo recorrente, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, verifica-se que os dispositivos legais sob os quais teria havido o dissídio jurisprudencial não foram examinados pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da norma objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

1. O cabimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro Tribunal.

2. Uma vez reconhecida a ausência de prequestionamento do dispositivo de lei federal apontado como ofendido pela parte recorrente, é desnecessário o exame do cabimento do recurso especial quanto à alínea

Superior Tribunal de Justiça

"c" do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, em relação ao mesmo dispositivo.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp n. 1274569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente